

Bolsa Privilégio

Escrito por Angelo Fonseca Nogueira Junior
Qua, 03 de Novembro de 2004 21:00

O Fantástico mostrou, no último domingo, que o programa Bolsa Família - a vitrine do governo petista - não está beneficiando apenas as famílias a que se destina: gente pobre e miserável. Os repórteres concluíram que funcionários das prefeituras têm preferência para conseguir o benefício; quem assistiu, que os "apadrinhados" também.

O governo criou o BF para unificar os programas assistenciais do governo anterior: Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Bolsa Escola e Auxílio Gás. Como contrapartida, seriam cobrados das famílias beneficiadas freqüência das crianças na escola e acompanhamento de saúde. Louvável! A única possibilidade de garantir que programas assistencialistas tenham apenas o caráter temporário que devem ter, é que façam parte de um projeto maior que garanta, no futuro, uma sociedade produtiva e auto-sustentável. Sem priorizar a educação, isso é impossível. Mas... e o controle?

O orçamento da educação para todo o ano de 2005 é de R\$ 7,6 bilhões. O governo pretende destinar R\$ 6,7 bilhões para o BF, prioridade absoluta. Lula declarou que a meta é atender "11 milhões de famílias até o final de 2006". Isso significa que, para o governo, cerca de 54 milhões de brasileiros passam fome. Como chegou a tão formidável número?

Fácil! O cadastramento das famílias é feito pelas prefeituras. Ora, o municipalismo brasileiro combina descentralização administrativa com dependência de recursos federais. Na prática, isso significa que nossas prefeituras rateiam entre si 15% de toda a arrecadação nacional - a média mundial é de 6% -, sem mecanismos efetivos de controle. Não é por acaso que, em agosto, mês de decolagem das campanhas eleitorais, o BF teve o maior número de inclusões de beneficiários dos últimos seis meses: 273 mil famílias.

Em setembro, auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União revelou que "as ineficiências dos programas sociais anteriores foram ampliadas" a partir da implementação do BF, que ele não passa de "um mero programa de transferência de renda", uma vez que não fiscaliza as contrapartidas exigidas das famílias nem o destino do dinheiro. É o chamado desvio de finalidade que, trocado em miúdos, não passa do uso eleitoreiro de verbas federais.

Para justificar as falhas, o Ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, alegou, na ocasião, que "fraude, corrupção e violência fazem parte da condição humana". Melhor seria para o país um ministro que enfrentasse a fraude, a corrupção e a violência como desvios da natureza humana.

Agora, o ministro alega herança do governo passado; afirma que os casos apontados representam uma minoria e que a sociedade deve fiscalizar o programa e a correta aplicação do dinheiro público.

Esquece de dizer, no entanto, que seu ministério, neste ano, não mandou os formulários de controle para nenhuma escola do país; que muitos municípios não possuem postos de saúde e que, após a unificação, os comitês formados por pessoas da sociedade civil, que ajudavam inclusive na seleção das famílias, perderam o poder de fiscalização.

Esquece ainda que este governo já está quase na metade de seu mandato e, portanto, alegar

Bolsa Privilégio

Escrito por Angelo Fonseca Nogueira Junior
Qua, 03 de Novembro de 2004 21:00

herança do governo passado é, no mínimo um argumento caduco; que o problema é grave e não se resolve com frases feitas, mas com ação via Judiciário e, principalmente, que esse dinheiro todo pertence a nós cidadãos. Queremos que ele seja usado com critério em programas que realmente alcancem seus objetivos!